

Relatórios e Contas 2012

Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A.



▶ **ÍNDICE**

I.	Dados sobre a Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A.	3
II.	Composição dos Órgãos Sociais	4
III.	Relatório do Conselho de Administração	5
	1. Atividade Desenvolvida em 2012	6
	2. Carteira de Ativos da Sociedade Gestora	7
	3. Situação Patrimonial	9
	4. Proposta de Aplicação de Resultados	10
	5. Nota Final	10
IV.	Demonstrações Financeiras	11
	Balanço	12
	Demonstração dos Resultados por Naturezas	13
	Demonstração dos Fluxos de Caixa	14
	Demonstração das Alterações no Capital Próprio	15
	Anexo ao Balanço e às Demonstrações de Resultados	17
	Certificação Legal das Contas	33
	Parecer do Fiscal Único	35

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36

► DADOS SOBRE A SOCIEDADE GESTORA DOS FUNDOS DE PENSÕES DO BANCO DE PORTUGAL, S.A.

A Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. foi constituída em 3 de junho de 1988, tendo por objeto a gestão dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal.

O capital social da Sociedade é de 1.000.000 de euros.

São seus acionistas:

- O Banco de Portugal, com uma participação que, a 31 de dezembro de 2012, correspondia a 97,80% de capital; e
- Participantes e Beneficiários do Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Benefício Definido, com uma participação que, no seu conjunto, correspondia, na mesma data, a 2,20% do capital.

A sua Sede e os seus serviços situam-se na Av. da República, nº 57, 7º, em Lisboa.

Em 31 de dezembro de 2012:

- O Ativo Líquido da Sociedade ascendia a 2.900.395,05 euros;
- O Capital Próprio da Sociedade ascendia a 2.773.833,64 euros;
- O valor global dos Fundos de Pensões sob gestão fixou-se em 1.435.940.568,61 euros, correspondendo a 1.430.810.967,74 euros ao Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Benefício Definido e 5.129.600,87 euros ao Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Contribuição Definida.

► **COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS**

Assembleia Geral

- | | |
|--------------|------------------------|
| ► Presidente | Armando da Silva Couto |
| ► Secretário | Hernâni Fontoura Pires |

Conselho de Administração

- | | |
|--------------------------|--|
| ► Presidente | José Joaquim Berberan e Santos Ramalho |
| ► Administrador | João José Amaral Tomaz |
| ► Administrador Delegado | Joaquim Martinez da Silva |

Fiscal Único	KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
--------------	--

Suplente do Fiscal Único	Fernando Gustavo Duarte Antunes
--------------------------	---------------------------------

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Senhores Acionistas,

Em conformidade com as normas legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas e demais documentos relativos ao período de 2012.

1.**► ATIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2012**

A Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. é a entidade responsável pela gestão do Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Benefício Definido (FPBD) e do Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Contribuição Definida (FPCD).

Compete igualmente a esta Sociedade a elaboração das avaliações atuariais relativas ao cálculo das responsabilidades inerentes ao plano de benefícios e aos encargos financiados pelo FPBD.

No âmbito da gestão do FPCD, assumiu relevância, em 2012, a disponibilização aos participantes da possibilidade de escolha entre uma carteira exclusivamente constituída por instrumentos de taxa de juro e uma carteira constituída por instrumentos de taxa de juro e ações. Dada a persistência da instabilidade dos mercados de dívida, e como forma de mitigação do risco de crédito, decidiu-se continuar a limitar os instrumentos de taxa de juro a aplicações de curto prazo.

Continuou a merecer particular atenção a proximidade entre a gestão financeira e os participantes. Nesse sentido, assumiu relevância a finalização do processo de constituição da Comissão de Acompanhamento e a realização da sua primeira reunião. Foi ainda promovida uma sessão de esclarecimento aos participantes do FPCD com ênfase na política de investimento do Fundo.

No âmbito da gestão do FPBD mereceu destaque, em 2012, o facto de terem sido retomadas as reuniões periódicas da Comissão de Acompanhamento e de se ter procedido à alteração da composição da mesma.

É ainda de destacar a concretização da exposição a futuros sobre obrigações do Tesouro, que se insere no âmbito do ajustamento dos procedimentos de *liability driven investment*, e a incorporação, no modelo atuarial, da redução do Subsídio por Morte decorrente da aplicação do Decreto-Lei n.º 133/2012, de 7 de junho.

Em 2012, foram alcançados progressos na reforma do sistema de gestão de risco e controlo interno da Sociedade Gestora, com relevância para a gestão dos dois Fundos de Pensões. Neste contexto, foram iniciadas reuniões periódicas do Comité de Controlo, com o objetivo de coordenar o período das funções de gestão de risco, atuarial e de *compliance*. Foi ainda adotado um relatório de *key risk indicators* suportado por uma estrutura de reporte multi-disciplinar de riscos, bem como implementado um modelo de mensuração de risco de crédito.

Na área de sistemas e tecnologias de informação, prosseguiu o processo de preparação da infraestrutura tecnológica de suporte ao *site* alternativo (*disaster recovery site*), de acordo com as recomendações do Plano de Continuidade de Negócio, bem como os trabalhos de modernização e reforço da infraestrutura, sobretudo na área da segurança e resiliência dos sistemas.

A Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. foi distinguida pela *World Finance*, revista internacional focada em temas de Economia e Finanças, que a considerou como a melhor gestora de ativos em Portugal. A distinção, denominada *World Finance Best Investment Management Company of the year 2012*, foi atribuída no início de 2012.

2.

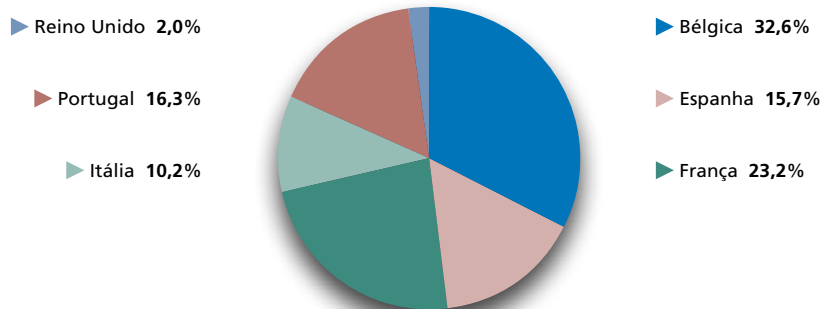
► CARTEIRA DE ATIVOS DA SOCIEDADE GESTORA

Adicionalmente aos dois Fundos de Pensões, a Sociedade Gestora gere uma carteira de ativos próprios, incluindo caixa e depósitos, cujo valor era de 2,3 milhões de euros em dezembro de 2012.

Durante o ano de 2012 a carteira da Sociedade Gestora foi constituída, na sua totalidade, por dívida soberana de curto prazo da Área do Euro.

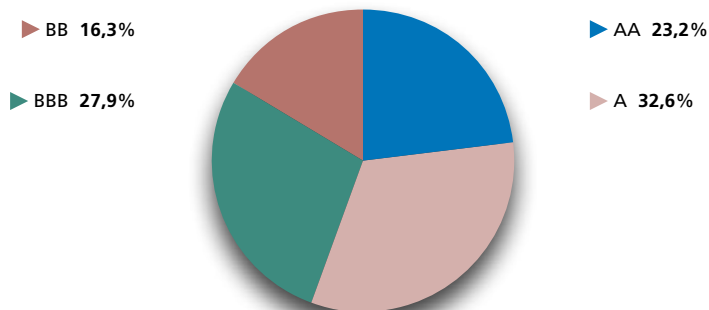
Ao longo do ano, a carteira apresentou uma repartição geográfica que traduz o objetivo de preservar um elevado grau de diversificação por país e de limitar o risco de crédito.

Estrutura da carteira por país a 31-12-2012



A composição da carteira por *rating* revela que a mesma está preponderantemente investida na classe de “*investment grade*”.

Composição da carteira por *rating* a 31-12-2012



3. ▶ SITUAÇÃO PATRIMONIAL

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços, no valor de 2.840.000 euros, registaram uma redução de 382.780 euros (-11,88%) face a 2011, em resultado sobretudo da diminuição da comissão de gestão paga pelo Associado.

A redução dos gastos com o pessoal, face a 2012, ascendeu a 363.299 euros (-20,93%), em resultado da aplicação de medidas de contenção salarial, de ajustamentos ao nível da repartição de encargos relativos ao acordo de cedência e, em menor grau, dos movimentos de entrada e saída de colaboradores.

Os encargos com Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) reduziram-se em 7,3%, face ao ano anterior, devido à gestão cuidada de aquisições e de renovação de contratos.

Conforme prática seguida nos últimos anos, o decréscimo de encargos, tem sido refletido na diminuição da comissão de gestão da Sociedade Gestora, permitindo transferir para o Banco de Portugal parte dos ganhos de eficiência obtidos.

A evolução da remuneração de gestão foi a seguinte:

Período	Valor recebido	Taxa de variação anual
2010	3.572.780,00€	-1,5%
2011	3.222.780,00€	-9,8%
2012	2.839.999,92€	-11,88 %

Os resultados líquidos e os capitais próprios situaram-se em 136.382,94 euros e 2.773.833,64 euros, respetivamente, pelo que a margem de solvência da Sociedade Gestora, no final de período, apresentava um nível de cobertura de 128,96%.

4.

► PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando que o resultado líquido de impostos da Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. foi 136.382,94 euros, no período de 2012, propõe-se a seguinte aplicação do mesmo:

Reserva legal: 6.819,15 euros

Reservas livres: 129.563,79 euros

5.

► NOTA FINAL

Ao concluir o Relatório e Contas do período de 2012, o Conselho de Administração entende ser de destacar a confiança e o espírito de colaboração demonstrados pelo Banco de Portugal.

Ao Instituto de Seguros de Portugal expressa-se o reconhecimento pela forma como acompanhou a atividade da Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A..

Por último, salienta-se o elevado profissionalismo e a dedicação de todos os Colaboradores da Sociedade Gestora.

Lisboa, 4 de março de 2013

O Conselho de Administração

Presidente

José Joaquim Berberan e Santos Ramalho

Administrador

João José Amaral Tomaz

Administrador Delegado

Joaquim Martinez da Silva

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Balanço
Demonstração dos Resultados por Naturezas
Demonstração dos Fluxos de Caixa
Demonstração das Alterações no Capital Próprio
Anexo ao Balanço e às Demonstrações de Resultados
Certificação Legal das Contas
Parecer do Fiscal Único

Balanço em 31 de Dezembro de 2012

RUBRICAS	Notas	31 / Dez / 12	31 / Dez / 11
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	256.270,84	270.689,41
Ativos Intangíveis	4	51.495,65	70.694,64
		307.766,49	341.384,05
Ativo Corrente			
Outras contas a receber	9	8.857,92	1.058,20
Diferimentos	10	243.031,69	220.835,15
Ativos financeiros detidos para negociação	5	2.143.388,90	2.099.386,35
Caixa e depósitos bancários	6	197.350,05	80.380,95
		2.592.628,56	2.401.660,65
Total do Ativo		2.900.395,05	2.743.044,70
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital realizado		1.000.000,00	1.000.000,00
Reservas Legais		139.260,00	133.470,58
Outras reservas		1.498.190,70	1.388.191,65
Resultados Transitados		0,00	0,00
Resultado líquido do período		136.382,94	115.788,47
Total do Capital Próprio	7	2.773.833,64	2.637.450,70
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivos por impostos diferidos	8	0,00	4.456,05
		0,00	4.456,05
Passivo Corrente			
Fornecedores	9	29.129,72	36.246,26
Estado e outros entes públicos	8	61.988,99	40.537,41
Outras Contas a Pagar	9	35.442,70	0,00
Diferimentos	10	0,00	24.354,28
		126.561,41	101.137,95
Total do Passivo		126.561,41	105.594,00
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		2.900.395,05	2.743.044,70

(em Euros)

O Técnico de Contas

Paulo José Antunes Jorge

O Conselho de Administração

José Joaquim Berberan e Santos Ramalho

João José Amaral Tomaz

Joaquim Martinez da Silva

Demonstração dos Resultados por Naturezas — Período findo em 31 de Dezembro de 2012			
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 / Dez / 12	31 / Dez / 11
Vendas e serviços prestados	12	2.839.999,92	3.222.780,00
Fornecimentos e serviço externos	13	-1.099.590,82	-1.186.138,11
Gastos com pessoal	11	-1.372.124,61	-1.735.423,58
Aumentos/Reduções de justo valor	15	6.645,55	17.824,20
Outros rendimentos e ganhos	14	89.729,62	39.951,85
Outros gastos e perdas	16	-155.659,35	-89.998,20
Resultado antes de depreciações, Gastos de financiamento e impostos		309.000,31	268.996,16
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-123.815,20	-115.237,79
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		185.185,11	153.758,37
Juros e rendimentos similares obtidos	17	3,40	3.306,79
Resultado antes de impostos		185.188,51	157.065,16
Imposto sobre rendimento do período	18	-48.805,57	-41.276,69
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		136.382,94	115.788,47

(em Euros)

O Técnico de Contas

Paulo José Antunes Jorge

O Conselho de Administração

José Joaquim Berberan e Santos Ramalho
João José Amaral Tomaz
Joaquim Martinez da Silva

Demonstração de Fluxos de Caixa — Período findo em 31 de Dezembro de 2012

RENDIMENTOS E GASTOS	31 / Dez / 12	31 / Dez / 11
Recebimentos de clientes	2.845.593,75	3.223.766,18
Pagamentos a fornecedores	-968.665,03	-1.059.815,48
Pagamentos ao pessoal	-1.341.708,38	-1.633.803,36
Caixa gerada pelas operações	535.220,34	530.147,34
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-44.104,82	-43.789,13
Outros recebimentos/pagamentos	-262.893,97	-259.571,84
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	228.221,55	226.786,37
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-59.240,48	-88.539,63
Ativos intangíveis	-21.035,46	-17.048,60
Investimentos financeiros	-3.611.979,91	-2.813.950,75
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis		
Ativos intangíveis		
Investimentos financeiros	3.581.000,00	2.574.310,00
Juros e rendimentos similares	3,40	88,16
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-111.252,45	-345.140,82
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	116.969,10	-118.354,45
Caixa e seus equivalentes no início do período	80.380,95	198.735,40
Caixa e seus equivalentes no fim do período	197.350,05	80.380,95

(em Euros)

Demonstração das Alterações no Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2011

DESCRIÇÃO		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2011	6	1.000.000,00	129.563,69	1.317.877,98	-3.917,27	78.137,83	2.521.662,23	2.521.662,23
Alterações no período								
Primeira adoção de novo referencial contabilística								
Realização de excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								
	7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	8					115.788,47	115.788,47	115.788,47
Resultado integral	9=7+8						115.788,47	115.788,47
Operações com detentores de capital no período								
Distribuições			3.906,89	70.313,67	3.917,27	-78.137,83	0,00	0,00
Outras operações								
	10	0,00	3.906,89	70.313,67	3.917,27	-78.137,83	0,00	0,00
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2011	6+7+8+10	1.000.000,00	133.470,58	1.388.191,65	0,00	115.788,47	2.637.450,70	2.637.450,70

(em Euros)

Demonstração das Alterações no Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2012

DESCRIÇÃO		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2012	6	1.000.000,00	133.470,58	1.388.191,65	0,00	115.788,47	2.637.450,70
Alterações no período							
Primeira adoção de novo referencial contabilística							
Realização de excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis							
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							
	7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	8					136.382,94	136.382,94
Resultado integral	9=7+8					136.382,94	136.382,94
Operações com detentores de capital no período							
Distribuições			5.789,42	109.999,05	0,00	-115.788,47	0,00
Outras operações	10	0,00	5.789,42	109.999,05	0,00	-115.788,47	0,00
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012	6+7+8+10	1.000.000,00	139.260,00	1.498.190,70	0,00	136.382,94	2.773.833,64

(em Euros)

► ANEXO AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**Introdução**

A Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A., foi constituída em 3 de julho de 1988, por escritura notarial lavrada da folha 74 à 76 do livro de notas para escrituras diversas n.º 677 – C do 9º Cartório Notarial de Lisboa, tendo atualmente por objeto a administração, gestão e representação dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal.

A sua constituição foi autorizada pela Portaria n.º 245/88, de 20 de abril, do Ministério das Finanças.

Em 26 de abril de 2010, procedeu-se à alteração da respetiva denominação social para Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A..

A Sociedade gere o Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Benefício Definido e, desde dezembro de 2010, o Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Contribuição Definida.

Nota 1**BASE DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

Com a entrada em vigor, em 1 de janeiro de 2010, do Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho, a Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. ficou abrangida pela obrigatoriedade de adoção do normativo contabilístico nacional (SNC – Sistema de Normalização Contabilística), que se baseia nas Normas Internacionais de Contabilidade, emitidas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*) e adotadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras foram elaboradas pela primeira vez em 2010, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), que fazem parte integrante do SNC.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 4 de março de 2013.

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

..... Ativos Fixos Tangíveis

São contabilizados pelo respetivo valor de custo, deduzidos das depreciações acumuladas. As depreciações são registadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida. As taxas de depreciação estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até ao fim da sua vida útil. Os prazos de vida útil esperada são os seguintes:

	Período de vida útil
Equipamento básico	10
Equipamento administrativo: escritório, mobiliário e artigos de decoração e social	3 a 10
Outros ativos tangíveis	10

(em Anos)

Os eventuais ganhos ou perdas provenientes do abate ou da alienação são determinados pela diferença entre os valores efetivamente recebidos e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos nas demonstrações financeiras.

..... Ativos Intangíveis

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre infinitas ou finitas:

Os ativos intangíveis com vidas úteis infinitas não são amortizados mas, quando aplicável, são testados anualmente quanto à imparidade, independentemente de haver ou não indicação de que possam estar em imparidade.

Os ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade, sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A rubrica é composta essencialmente por aplicações informáticas, nomeadamente, programas e licenças, registadas inicialmente pelo custo de aquisição, incluindo todos os encargos necessários para colocar cada aplicação em condições de ser usada pelo utilizador.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis apresentam-se ao custo deduzidos de amortizações acumuladas e de perdas por imparidades acumuladas.

O registo das amortizações é efetuado, em base duodecimal, ao longo da vida útil estimada dos ativos, variando no caso das aplicações informáticas entre 3 e 6 anos.

..... Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os ativos por impostos diferidos são calculados com base no resultado tributável, considerando a tributação diferida. São reconhecidos ativos por impostos diferidos, na medida em que seja provável que serão gerados resultados futuros para utilizar a respetiva diferença temporária.

Os impostos diferidos ativos são recalculados numa base anual e ajustados ao valor expectável de utilização, usando-se as taxas fiscais em vigor na data do fecho do balanço, aplicáveis no período de realização dos ativos por impostos diferidos.

..... Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

..... Outras Contas a Receber

Os valores registados na rubrica de outras contas a receber encontram-se valorizados ao custo deduzidos de imparidades.

..... Diferimentos Ativos e Passivos

Nesta rubrica estão refletidas transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorreram, mas que devem ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

..... Ativos Financeiros Detidos para Negociação

Estes ativos são adquiridos com o intuito de venda no curto prazo e de realização de ganhos, quer tendo por base os rendimentos, quer através da flutuação de valores.

As compras e vendas de ativos financeiros são registadas no momento da transação e são imediatamente reconhecidas ao justo valor.

Os ganhos e as perdas, realizados ou não realizados, decorrentes das alterações

ao justo valor, são incluídos nas demonstrações financeiras no período a que respeitem, nas respetivas contas de resultados.

O justo valor dos investimentos é calculado com base em preços de mercado. No caso de títulos cotados, cuja cotação se afaste de forma significativa do justo valor de realização, é utilizada, para efeito de valorização, uma metodologia económica ajustada ao tipo de ativo financeiro em causa. Assim, recorre-se a preços utilizados em transações recentes de ativos semelhantes, efetuadas entre partes independentes, bem como à análise do fluxo de caixa descontado.

A valorização de títulos cotados, que apresentem reduzida liquidez nos mercados regulamentados e que sejam maioritariamente transacionados em operações fora de bolsa, é efetuada através de recurso a preços disponibilizados pelos principais fornecedores de informação financeira.

Os juros e os encargos são registados nas respetivas contas no momento em que é estabelecido o direito ao seu recebimento ou pagamento, respetivamente, exceto no caso dos dividendos, que apenas são registados no momento do seu recebimento efetivo.

..... Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores de Caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de 3 meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

..... Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor.

..... Outras Contas a Pagar

As contas a pagar estão mensuradas ao custo.

..... Reconhecimento de Rendimentos e Gastos

O registo dos rendimentos e gastos é efetuado de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, segundo o qual estes são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, respetivamente.

Os rendimentos apenas são reconhecidos desde que seja provável que fluam para a Sociedade os benefícios económicos futuros, associados a cada transação e que a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Nota 2

PRESSUPOSTOS, JUÍZOS DE VALOR E ESTIMATIVAS UTILIZADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na preparação das presentes demonstrações financeiras foram elaboradas estimativas e adotados pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos, passivos, créditos e gastos, bem como os passivos contingentes, se aplicável.

Na elaboração dos pressupostos e das estimativas utilizadas foi considerada a informação disponível até à data de aprovação das contas pelo Conselho de Administração, em 4 de março de 2013.

Nota 3

GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

A Sociedade Gestora está sujeita a vários riscos financeiros, nomeadamente, de mercado (cambial e de taxa de juro), de crédito, de liquidez e operacional:

- i) O risco cambial, dada a inexistência de ativos denominados em moeda estrangeira, decorre da aquisição de bens e serviços em moedas diferentes do euro, não se justificando a negociação de contratos de cobertura;
- ii) O risco associado à taxa de juro decorre de aplicações financeiras, a taxa fixa ou variável, que são geridas por forma a assegurar a adequada liquidez e o baixo risco de contraparte;
- iii) O risco de crédito, atendendo à natureza da atividade desenvolvida, está assegurado através da existência de relações contratuais com o principal acionista; o risco de crédito decorrente das aplicações financeiras é mantido em níveis toleráveis através da diversificação do investimento e da preponderância da exposição a emitentes de elevada qualidade creditícia;
- iv) O risco de liquidez é gerido de forma prudente, através da manutenção de disponibilidades em montante adequado para a atividade desenvolvida, bem como da negociação de aplicações financeiras de muito curto prazo.

- v) A gestão dos riscos operacionais associados à atividade da Sociedade Gestora encontra-se balizada pelo Sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno em vigor, que promove a identificação, quantificação e mitigação dos riscos associados aos processos de negócios desenvolvidos.

A mitigação dos riscos de natureza operacional envolve a elaboração e manutenção de manuais de procedimentos atualizados, a recolha e análise da evolução de *key risk indicators* associados aos principais riscos identificados e a realização regular de Comitês de Controlo.

Nota 4

MOVIMENTOS OCORRIDOS NOS ATIVOS FIXOS

No quadro seguinte apresentam-se os movimentos ocorridos na rubrica de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, incluindo as respetivas depreciações e amortizações acumuladas:

	Saldo Inicial	Aumentos	Abates	Saldo Final
INVESTIMENTOS				
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Equipamento Básico	324.615,31	35.571,26	91.657,61	268.528,96
Equipamento Administrativo	634.762,36	22.941,30	92.816,53	564.887,13
Outros Ativos Tangíveis	73.936,48	7.825,28	0,00	81.761,76
	1.033.314,15	66.337,84	184.474,14	915.177,85
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de Computador	772.042,98	23.635,34	10.137,60	785.540,72
	772.042,98	23.635,34	10.137,60	785.540,72
	1.805.357,13	89.973,18	194.611,74	1.700.718,57
DEPRECIAÇÕES				
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Equipamento Básico	173.620,76	32.181,90	91.657,61	114.145,05
Equipamento Administrativo	535.107,70	41.792,08	92.816,53	484.083,25
Outros Ativos Tangíveis	53.896,28	6.782,43	0,00	60.678,71
	762.624,74	80.756,41	184.474,14	658.907,01
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de Computador	701.348,34	42.834,33	10.137,60	734.045,07
	701.348,34	42.834,33	10.137,60	734.045,07
	1.463.973,08	123.590,74	194.611,74	1.392.952,08
	341.384,05	-33.617,56	0,00	307.766,49

(em Euros)

Nota 5

ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A composição da carteira de títulos, no final do período de 2012, era composta conforme o quadro seguinte:

		31 / Dez / 12				31 / Dez / 11	
	Moeda	Quantidade	Custo médio	Valias	Juro Corrido	Valor de Balanço	Valor de Balanço
Ativos Financeiros Detidos para Negociação							
Bilhetes do Tesouro	EUR	2.147.000,00	2.136.743,35	6.645,55	0,00	2.143.388,90	2.099.386,35
Títulos do Tesouro		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	EUR	2.147.000,00	2.136.743,35	6.645,55	0,00	2.143.388,90	2.099.386,35

(em Euros)

Nota 6

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

O detalhe desta rubrica é o seguinte:

	31 / Dez / 12	31 / Dez / 11
Depósitos à ordem	196.600,05	79.630,95
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Total	196.600,05	79.630,95

(em Euros)

Aos valores supra mencionados, acresce o montante referente ao fundo fixo de caixa, que correspondeu, em 2012 e 2011, a 750 euros.

Nota 7

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO

O capital social da Sociedade Gestora encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 200.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

A lista de acionistas, conforme o estipulado no n.º 4 do art.º 448 do código das Sociedades Comerciais, com referência a 31 de dezembro de 2012, é a seguinte:

Titularidade	Acções Detidas	%
Banco de Portugal	195.609	97,80%

A variação na estrutura de capitais próprios consta do mapa da demonstração das alterações no capital próprio.

Nota 8

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Os saldos detalhados desta rubrica do balanço, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, são os seguintes:

	31 / Dez / 12	31 / Dez / 11
Estado e Outros Entes Públicos		
Estimativa de Imposto	53.261,62	34.992,04
Pagamentos por conta e Retenções na Fonte	-28.098,88	-23.808,00
IRC a pagar	25.162,74	11.184,04
Retenção de Impostos	512,24	546,56
Imposto sobre o Valor acrescentado	35.365,12	28.118,86
Outros Impostos	259,14	0,00
Contribuições para a Segurança social	689,75	687,95
	61.988,99	40.537,41

(em Euros)

Nos termos da legislação em vigor, a Sociedade Gestora está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), encontrando-se enquadrada como exercendo “Atividades de Gestão de Fundos”, sujeita ao regime geral de tributação de rendimentos.

Adicionalmente, em cada período de tributação incide ainda uma derrama, sobre o lucro tributável não isento de IRC, fixada pelo Município de Lisboa, até ao valor máximo de 1,5%.

Os registos contabilísticos referidos são efetuados nas demonstrações financeiras do período de acordo com o preconizado pela “NCRF 25 Impostos sobre o Rendimento”.

Conforme os termos legais, a Sociedade Gestora procedeu à liquidação por conta deste imposto, nos meses de julho, setembro e dezembro de 2012, no montante total de 27.089,25 euros. A este valor acrescem ainda retenções na fonte, no montante 1.009,63 euros, relativas a rendimentos obtidos em território português.

As declarações fiscais da Sociedade Gestora podem ser revistas e corrigidas, por parte das autoridades fiscais, durante um período de 4 anos, com exceção das declarações para a Segurança Social, que podem ser revistas durante um período de 5 anos, em ambos os casos, com as exceções previstas na Lei.

No final de 2012, estas exceções não eram aplicáveis à Sociedade Gestora, nomeadamente, pela inexistência de prejuízos fiscais ou de benefícios fiscais, ou por não estarem em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações fiscais que, dependendo das circunstâncias, possam alargar ou suspender os referidos prazos.

As autoridades fiscais podem ainda efetuar correções, sempre que existam relações especiais que tenham sido estabelecidas em condições diferentes das que seriam normalmente acordadas com entidades independentes.

A Administração da Sociedade considera que eventuais correções resultantes de revisões fiscais, aplicáveis aos períodos passíveis de revisão, não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras apresentadas.

Apenas são registados ativos por impostos diferidos se existirem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar.

Na transição para o SNC foram reconhecidos os impostos diferidos associados aos ajustamentos de transição, bem como os impostos diferidos ativos e passivos não reconhecidos de acordo com as regras do POC.

Nota 9

OUTRAS CONTAS A RECEBER, A PAGAR E DE FORNECEDORES

Estas rubricas decompõem-se essencialmente da seguinte forma:

	31 / Dez / 12	31 / Dez / 11
Ativo Corrente		
Banco de Portugal-Associado	1.276,57	0,00
Fundo de Pensões	7.057,13	0,00
Cauções Prestadas	524,22	692,29
Assinaturas e Documentação Técnica	0,00	365,91
	8.857,92	1.058,20
Passivo Corrente		
Fornecedores c/c	29.129,72	36.246,26
Fornecedores de Investimentos	9.921,70	0,00
Remunerações a Liquidar	4.719,28	0,00
Serviços de Auditoria	13.776,00	0,00
FSE a Liquidar	2.733,24	0,00
Instituto de Seguros de Portugal	4.292,48	0,00
	64.572,42	36.246,26

(em Euros)

O montante de fornecedores regista os respetivos movimentos das contas correntes.

Nota 10

DIFERIMENTOS ATIVOS E PASSIVOS

Os gastos a reconhecer estão a ser mensuralizados e discriminam-se como segue:

	31 / Dez / 12	31 / Dez / 11
Seguros	0,00	12.054,16
Rendas	40.992,60	19.534,50
Equipamento Informático e outros	202.039,09	73.828,32
Custos de manutenção e software	0,00	109.614,54
	243.031,69	215.031,52

(em Euros)

Os rendimentos reconhecidos, por receber, discriminam-se como se segue:

	31 / Dez / 12	31 / Dez / 11
Sub-arrendamentos	0,00	5.593,63
Outras	0,00	210,00
	0,00	5.803,63

(em Euros)

Diferimentos Activos

A rubrica de diferimento ativo detalha-se da seguinte forma:

	31 / Dez / 12	31 / Dez / 11
Gastos a reconhecer	243.031,69	215.031,52
Rendimentos reconhecidos	0,00	5.803,63
Diferimentos ativos	243.031,69	220.835,15

(em Euros)

Diferimentos Passivos

A rubrica de Diferimento passivo detalha-se da seguinte forma:

	31 / Dez / 12	31 / Dez / 11
Gastos a reconhecer		
Custos de auditoria	0,00	22.447,50
Provisão sub. Férias	0,00	1.906,78
Diferimentos passivos	0,00	24.354,28

(em Euros)

Nota 11

GASTOS COM PESSOAL

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma

	31 / Dez / 12	31 / Dez / 11
Remunerações do Pessoal	1.339.595,22	1.691.268,24
Encargos com Remunerações	8.443,06	6.567,27
Outros	24.086,33	37.588,07
	1.372.124,61	1.735.423,58

(em Euros)

O valor das remunerações corresponde maioritariamente aos montantes reembolsados ao Banco de Portugal, relativos aos encargos liquidados aos colaboradores da Sociedade Gestora, pertencentes aos quadros do Banco e signatários do respetivo acordo de cedência de trabalhadores.

Os outros gastos correspondem, essencialmente, a custos de formação suportados pela Sociedade Gestora.

Nota 12

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

A prestação de serviços reporta-se apenas à comissão de gestão, cujo montante é estabelecido anualmente, de acordo com o contrato de gestão celebrado entre o Banco de Portugal e a Sociedade Gestora.

Por decisão do Conselho de Administração da Sociedade Gestora, a comissão de gestão de 2012 ascendeu a 2.840.000 euros.

Nota 13

FORNECEDORES E SERVIÇOS EXTERNOS

No final dos períodos de 2011 e 2012, a composição desta rubrica era a seguinte:

	31 / Dez / 12	31 / Dez / 11
Fornecimentos e Serviços Externos		
Serviços Especializados	678.974,66	761.196,04
Materiais	4.567,35	6.820,72
Energia e Flúidos	33.458,05	25.954,85
Deslocações e Estadas e Transportes	18.788,79	16.826,68
Serviços Diversos	363.801,97	375.339,82
	1.099.590,82	1.186.138,11

(em Euros)

Nota 14

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de outros rendimentos e ganhos apresentava o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2011 e 2012:

	31 / Dez / 12	31 / Dez / 11
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos e ganhos em alienações	6.463,98	10.726,21
Rendimentos Suplementares	0,00	7.453,83
Correcções de exercícios anteriores	10.725,40	8.286,89
Excesso de estimativa de impostos	0,00	2.198,33
Outros	72.540,24	11.286,59
	89.729,62	39.951,85

(em Euros)

O montante registado, em 2012, em Correções de exercícios anteriores é referente ao reembolso de prémios do seguro multirriscos.

Nota 15

AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

As perdas e os ganhos provenientes do justo valor dos instrumentos financeiros detidos para negociação encontram-se evidenciados no mapa seguinte:

	31 / Dez / 12	31 / Dez / 11
Aumentos/Reduções Justo Valor		
Perdas por redução do justo valor	71,71	0,00
Ganhos por aumentos do justo valor	6.717,26	17.824,20
	6.645,55	17.824,20

(em Euros)

Nota 16

OUTROS GASTOS E PERDAS

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	31 / Dez / 12	31 / Dez / 11
Outros Gastos e Perdas		
Impostos Indirectos	68.201,54	62.797,35
Taxas	71.542,21	10.668,80
Gastos e perdas em alienações	86,00	765,00
Correcções de exercícios anteriores	2.859,33	3.424,65
Quotizações	8.842,50	8.425,00
Insuficiência na estimativa de impostos	326,14	0,00
Multas e Penalidades	331,44	149,94
Taxas e outras despesas financeiras	3.470,19	3.767,46
	155.659,35	89.998,20

(em Euros)

O valor das taxas em 2012 regista o montante imputado a gastos no período e inclui o valor a receber do Associado, na componente relativa às contribuições extraordinárias.

Nota 17

JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

No final dos períodos de 2011 e 2012, a composição destas rubricas era a seguinte:

	31 / Dez / 12	31 / Dez / 11
Juros e Rendimentos Obtidos		
Juros obtidos em depósitos	3,56	88,16
Juros obtidos em aplicações	0,00	3.218,63
	3,56	3.306,79
Juros e Gastos Similares		
Juros de mora e compensatórios	0,00	0,00
Outros	0,16	0,00
	0,16	0,00
	3,40	3.306,79

(em Euros)

Nota 18

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

A taxa efetiva de imposto sobre rendimento de capitais (IRC) em 2012 e 2011 foi a seguinte:

	31 / Dez / 12	31 / Dez / 11
Resultados antes de impostos	185.188,51	157.065,16
IRC	53.261,62	34.992,04
Impostos diferidos	(4.456,05)	6.284,65
Resultado líquido	136.382,94	115.788,47
Taxa efectiva de imposto	26,35%	26,28%

(em Euros)

Nota 19

REMUNERAÇÃO DOS ORGÃOS DE GESTÃO E DE FISCALIZAÇÃO

Em cumprimento do disposto no artigo 3.º da Lei n.º 28/2009 de 19 de junho, assinala-se que os membros do Conselho de Administração da Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. não auferiram qualquer remuneração em 2012.

O órgão de fiscalização da sociedade, constituído por um Fiscal Único, é representado pela KPMG & Associados, SROC, S.A., que auferiu uma remuneração no valor de 11.200 euros, sendo 9.600 euros referentes ao serviço de revisão legal de contas e 1.600 euros para remunerar a realização do relatório de auditoria ao sistema de controlo interno, com referência ao período de 2012.

Nota 20

PARTES RELACIONADAS

A Sociedade Gestora realizou as seguintes transações com entidades relacionadas:

	31 / Dez / 12	31 / Dez / 11
Valores Liquidados ao Banco de Portugal		
Cedência de Pessoal	1.301.180,68	1.661.186,92
Valores Recebidos do Banco de Portugal		
Remuneração de Gestão	2.839.999,92	3.222.780,00
Reembolso de encargos	25.792,38	37.472,40
Rendas suportadas		
Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Benefício Definido	241.268,65	241.773,60

(em Euros)

Os montantes referentes aos reembolsos de encargos, por parte do Banco de Portugal, estão relacionados com o pagamento da taxa a favor do Instituto de Seguros de Portugal.

Nota 21

CONTAS DE ORDEM

Conforme determinado pelas Normas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal, as contas dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, geridos pela Sociedade Gestora, encontram-se relevadas nas seguintes contas extra patrimoniais:

- 01 – Fundos de Pensões do Banco de Portugal
- 02 – Gestão dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal

O valor global dos Fundos de Pensões sob gestão fixou-se em 1.435.940.568,61 euros, correspondendo 1.430.810.967,74 euros ao Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Benefício Definido e 5.129.600,87 euros ao Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Contribuição Definida.



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras da **Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 2.900.395,05 euros e um total de capital próprio de 2.773.833,64 euros, incluindo um resultado líquido de 136.382,94 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras



5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A.** em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

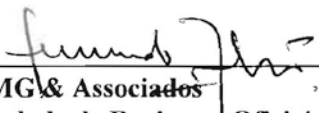
Ênfase

8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de que as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, apresentadas para efeitos comparativos, terem sido examinadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que emitiu a Certificação Legal das Contas, datada de 15 de Março de 2012, sem reservas e sem ênfases. A nossa aceitação como revisores ocorreu em 11 de Maio de 2012, para efectuarmos a auditoria das contas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

Relato sobre outros requisitos legais

9 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Lisboa, 13 de Março de 2013


KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Fernando Antunes (ROC n.º 1233)



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas da
Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A.

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da **Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A.**, apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta apresentados pelo Conselho de Administração relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas adoptadas pela Sociedade e as divulgações incluídas no Anexo conduzem a uma correcta representação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciámos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras apresentadas que compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas sem reservas e com uma ênfase, decorrente do exame realizado.

Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- As políticas contabilísticas adoptadas e as divulgações efectuadas são adequadas; e
- O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Demonstrações Financeiras



Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

13 de Março de 2013

O FISCAL ÚNICO

KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

representada por

Fernando Antunes (ROC n.º 1233)

Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S. A.
Avenida da República, nº 57 - 7º, Lisboa

Produção: Ligrate, Lda.
Junho de 2013

